



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

LÍLIAN LOBATO DOS SANTOS

MODERNIDADE E SUBJETIVIDADE EM MICHEL FOUCAULT

Salvador
2008

LÍLIAN LOBATO DOS SANTOS

MODERNIDADE E SUBJETIVIDADE EM MICHEL FOUCAULT

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão do Curso de Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Kleverton Bacelar Santana

Salvador
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

LÍLIAN LOBATO DOS SANTOS

MODERNIDADE E SUBJETIVIDADE EM MICHEL FOUCAULT

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão do Curso de
Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Profº orientador: Kleverton Bacelar Santana

Profº Miguel Bordas

Profº Edvaldo Couto

Salvador, 11 de julho de 2008.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo examinar a constituição da subjetividade moderna e sua relação com a educação na obra de Michel Foucault, considerando os conceitos de arqueologia, genealogia e ética. A partir dos três eixos de análise foucaultiana pôde-se verificar a constituição do sujeito na relação com a verdade, com o poder e com a ética, pesquisando, respectivamente, a formação dos saberes através das ciências humanas; do exercício das técnicas disciplinares através das instituições sociais, a exemplo da escola; e a constituição da subjetividade do homem moderno enquanto sujeito de uma sexualidade, por meio das práticas de si.

Palavras-chave: saber – poder – verdade – sujeito – relação a si.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – AS CIÊNCIAS HUMANAS E A FORMAÇÃO DOS SABERES	13
1.1 As “ciências” humanas no triedro dos saberes.....	15
1.2 Os três modelos e as três regiões epistemológicas.....	18
1.3 A representação enquanto essência da ação humana.....	21
CAPÍTULO II – O SUJEITO NAS RELAÇÕES DE PODER	24
2.1 Dos castigos do corpo à constituição da “alma”.....	25
2.2 O Direito Moderno e sua relação com as ciências humanas.....	27
2.3 As técnicas disciplinares e o adestramento dos corpos.....	29
..	
CAPÍTULO III – O SUJEITO E SUA RELAÇÃO COM A ÉTICA	35
3.1 Análise crítica e histórica do termo “sexualidade”.....	37
3.2 Moral e Ética.....	40
3.3 As práticas de si.....	44
PARA NÃO CONCLUIR	46
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. ¹

Este trabalho tem o propósito de identificar na obra de Michel Foucault o processo de constituição da subjetividade do homem moderno e sua relação com a educação. Para tanto, o tema será trabalhado em três momentos: o sujeito e sua relação com o saber, o sujeito nas relações de poder e nas relações consigo.

A maioria dos comentadores, seguindo as indicações do próprio Foucault, costuma periodizar a obra do filósofo em três fases distintas (décadas de 60, 70 e 80) com métodos (arqueologia, genealogia e ética) e objetos (o saber, o poder e as práticas de si) que lhes são referentes, analisados nos recortes históricos mais recorrentes (renascimento, época clássica e modernidade). ²

Dentre esses três domínios que compõem a análise sobre o processo de constituição do sujeito moderno, inicialmente a partir do método da arqueologia, Foucault relata como se dá a construção de saberes e discursos que se pretendem como verdadeiros, propondo uma análise do que pensamos e dizemos, ou seja, uma análise dos sistemas de conhecimento sobre o homem. Correspondem a este método as publicações das obras: *História da Loucura na idade clássica* (1961), *O nascimento da clínica – uma arqueologia do olhar médico* (1963), *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas* (1966), *A arqueologia do saber* (1969).

No método genealógico, domínio que tem uma abrangência maior do que a arqueologia, porque seu foco principal são as relações mútuas entre os sistemas de verdade e as modalidades de poder, encontra-se a publicação dos livros *Vigiar e*

¹ FOUCAULT, M. *O uso dos prazeres*, 1984.

² Cf. DAVIDSON, A. *Arqueologia, genealogia e ética*, 1988. Deve-se notar que Foucault retorna à Antiguidade na última fase de sua investigação.

Punir – Nascimento da Prisão (1975) e *A vontade de Saber – volume I de História da Sexualidade* (1976).

O método da ética, que se refere ao estudo do eu consigo mesmo através das relações do sujeito com a moral, compreendem os volumes II, III e IV de *História da sexualidade* intitulados, respectivamente, *O uso dos prazeres*, *O cuidado de si* (1984) e *As confissões da carne*³ (que ficou sem ser publicado por causa da morte do filósofo).

Além destas obras que foram publicadas logo após a morte de Foucault, em 1984, devem ser destacados também os *Dits et écrits*⁴ – conjunto de quatro livros que reúnem textos, conferências, artigos, aulas, etc., publicados em 1994; a publicação iniciada em 1997 dos cursos proferidos no *Collège de France* (anos 70 e 80).

Entretanto, faz-se imprescindível ressaltar que apesar dessa periodização, dessa distribuição das análises em fases ou eixos, elas encontram-se relacionadas. Se forem tomadas sob o ponto de vista apenas cronológico, incorre-se no risco de não perceber suas articulações e retomadas. A arqueologia, ao tratar das formações discursivas e formular as regras de sua produção e transformação, forneceu ao estudo genealógico farto material sobre as ciências humanas e suas representações do homem moderno. O que possibilitou à Foucault acentuar agora os efeitos da verdade desses discursos, porque já tinha efetuado sua arqueologia.

A ética também não se separa da genealogia nem da arqueologia, mas se mostra através do estudo da sexualidade moderna como o resultado da combinação desses dois eixos. Um exemplo disto, é que ao empreender uma análise da “sexualidade” utilizando-se o método arqueológico, revela-se possível demonstrar como, durante o século XIX, uma mudança nas regras para produção dos discursos tornou possível falar sobre a sexualidade, e não apenas sobre o sexo, sobre as práticas e comportamentos sexuais dos indivíduos. Da mesma forma o estudo genealógico demonstra que não existem relações de saber e poder que não constituam um “homem historicamente objetivado e subjetivado no plano do conhecimento em contraponto à constituição de si mesmo no plano da ética”⁵. Logo, um estudo da sexualidade moderna deve combinar esses três eixos de análise representados pelas relações a si, pelo poder e pelo saber.

³ Volume referente à idade média.

⁴ Aqui se encontram relacionados com o domínio da ética, mas cobrem todas as fases do trabalho do filósofo.

⁵ MUCHAIL, S. *Um filósofo que pratica histórias*, p. 48.

Portanto, o presente trabalho tem o intuito de examinar as diferentes maneiras pelas quais o homem transformou-se em um sujeito na modernidade e as implicações de tal acontecimento para a prática pedagógica, verificando de que forma se dá a relação do sujeito moderno com a verdade (na arqueologia do saber), com o poder (através da análise genealógica das técnicas disciplinares) e consigo mesmo (através da ética). A partir dessas perspectivas se faz necessário abarcar as três fases da produção foucaultiana, já que a noção de sujeito se mostra como fundamento e tema geral de análise do filósofo. Não obstante, considerando que se trata de um trabalho monográfico, consistindo, portanto, em uma primeira *approche* da obra de Michel Foucault, será delimitada a abordagem da questão a poucos – porém representativos – textos de cada uma destas fases.

No “Sujeito e o Poder”⁶ Foucault realiza uma investigação acerca da noção de sujeito, esclarecendo como ao longo da história produzimos nossa subjetividade e nos constituímos como sujeitos modernos de uma identidade que nos é imposta, não sem violência e coerção. Dessa forma, o filósofo logo no início de sua análise esclarece:

(,,) gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.⁷

Contudo, é importante afirmar que a noção de sujeito encontra-se obrigatoriamente associada à noção de poder, pois o indivíduo passa a ser “sujeito” não apenas por estar no centro das análises, mas fundamentalmente por ser resultado dos processos de objetivação e subjetivação característicos das técnicas de asujeitamento, e que estão presentes nas diversas instituições sociais. Por isso Foucault enfatiza que a palavra “sujeito” deve ser compreendida da seguinte forma:

Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.⁸

⁶ FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder*. 1995.

⁷ *Ibidem*, p. 231.

⁸ *Ibidem*, p. 235.

É nas relações entre os sujeitos que o poder faz-se presente, já que viver em sociedade significa estabelecer constantemente relações de poder, agir sobre a ação dos outros. Para a analítica do poder deve-se enfatizar que é necessário iniciar perguntando “como” exercê-lo, pois o poder deve ser compreendido como uma técnica a ser utilizada pelos indivíduos ou grupos sociais. Por isso, o exercício do poder constitui um campo político – investido por relações de força, por práticas de luta, de conflito, de resistência – no qual os indivíduos agem a fim não de possuí-lo ou de detê-lo como um privilégio, mas de exercer seus desejos, vontades, ainda que o “outro” aja com o intuito de limitar, coagir a sua ação.

O poder, portanto, não se localiza apenas nas relações do Estado com os cidadãos, os quais estariam submetidos a uma forma geral de lei ou governo. Trata-se de uma *microfísica do poder*, pois seus efeitos de dominação podem ser identificados nas redes das relações sociais. O poder só existe nas relações entre os sujeitos e não em “si mesmo”, é preciso que exista um “outro” pelo qual se pretende apoderar, submeter, dominar.

As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que há, a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (...), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, (...) que definem formas diferentes de poder.⁹

Deve-se salientar que a liberdade, sempre presente nos modos de ação dos indivíduos, é um elemento importante nas relações de poder que caracterizam estas ações. O poder somente pode ser exercido sobre sujeitos livres, que têm um campo de possibilidades, de escolhas, para suas condutas. Logo, não se trata de uma relação de exclusão (ou o poder ou a liberdade), mas de um jogo de interdependência; a liberdade aparece como condição para a existência do poder, pois trata-se mais de uma relação que é de resistência, insubmissão, de liberação das atitudes e mútua provocação do que uma relação de coação e repressão.

Então, percebe-se a importância de investigar as formas, as técnicas, ou melhor, os regimes de poder/saber empregados a fim de enquadrar, categorizar o indivíduo em uma dada função, em um dado lugar. É isto que faz do homem sujeito:

⁹ *Ibidem*, p. 247.

circunscrito a uma identidade, imagem, conceito do qual não pode se livrar, desde que pretenda ser um cidadão e venha a compartilhar da vida em sociedade.

Partindo do princípio de que toda cultura tem um ideal de homem a ser formado, a educação – enquanto um instrumento utilizado para a socialização do indivíduo – promove através da transmissão de valores e normas, condutas a serem seguidas. Tal ideal pressupõe, necessariamente, obediência e respeito ao conjunto de procedimentos morais que legitimam estas condutas exigidas no âmbito da vida social. Daí a educação, e mais precisamente a Pedagogia – ciência da educação – ser o principal recurso à efetivação de um ideal de homem civilizado, racional, universal.

Podemos encontrar ao longo da história diversas concepções e finalidades da educação. Partindo de Émile Durkheim ¹⁰, educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações mais jovens a fim de prepará-las para a vida social. É o Estado através de normas, regras e leis que garante a estabilidade e confiabilidade nas relações, harmonizando e universalizando o comportamento de cada indivíduo que compõe a sociedade.

A escola como principal instituição disseminadora dos saberes, obriga o ser individual e egoísta a reprimir-se, constranger-se, moldar-se para que o ser social e conseqüentemente “humano” possa ser constituído. Este “novo ser” forma-se por completo a partir do exercício da disciplina e do uso da autoridade aplicados pelo educador, proporcionando ao educando o domínio sobre si mesmo. E através da conscientização dos limites este torna-se livre para criar e agir conforme o desenvolvimento da razão, que é o verdadeiro fim da educação.

O produto por excelência da atividade coletiva é esse conjunto de bens intelectuais e morais a que se chama civilização. Mas, por outro lado, foi a civilização que fez do homem o que ele é; e é ela que o distingue do animal. O homem só é homem porque é civilizado.¹¹

Aproximando-se desta concepção encontramos John Dewey, que apresenta a socialização como fundamento para uma futura individualização.

¹⁰ DURKHEIM, E. O dualismo da natureza humana e as suas condições sociais, 1975.

¹¹ *Ibidem*, p. 289.

(...) a socialização tem que vir antes da individualização, e a educação para a liberdade não pode começar antes de alguns constrangimentos terem sido impostos.¹²

Dessa forma, Foucault através de uma genealogia, arqueologia e ética, investiga as implicações dos discursos proferidos pelas instituições sociais na vida e no corpo dos sujeitos. O filósofo procura o entendimento sobre como uma vontade de verdade que está apoiada nas mais diversas instituições sociais – a que Foucault denomina instituições de seqüestro – produz sujeitos morais.

Daí pensar como a educação, entendida no âmbito de seus sistemas de ensino, representada pela escola como local de vivência das práticas pedagógicas e que tem sua legitimidade assegurada enquanto uma instituição social, conserva tais “verdades” e as transmite à sociedade de forma contínua, respeitando os procedimentos de exclusão que conferem identidade aos seus discursos e atua como produtora de saberes. Aspectos que devem ser tratados e aprofundados quando se pretende compreender a formação de um discurso dito “verdadeiro” e seu efeito direto na constituição de subjetividades.

No capítulo I do presente trabalho apenas será estudada a última parte do livro *As palavras e as coisas* intitulada de *As ciências humanas*, com o objetivo de investigar como se deu a constituição do que a partir do pensamento moderno passou a ser denominado de “ciências humanas” e porque adquiriram o status de “ciência”, passando a fazer parte da *epistémê* moderna. Para isso, foi necessário compreender a possibilidade de seu surgimento em decorrência de sua relação com as Ciências Empíricas – através destas elaboraram suas representações acerca da vida, do trabalho e da linguagem –, com a Filosofia e com as Ciências Físico-matemáticas; pensar a formação de seu conjunto de discursos, tidos aqui enquanto vontade de verdade, que buscam constituir-se como saber, como positividade.

Assim, de acordo com Foucault o surgimento destas supostas ciências, que têm como intuito maior a pretensão de pertencerem à esfera do campo epistemológico, do qual irá originar-se a sua positividade, foi o acontecimento histórico necessário para o nascimento do homem e de sua humanidade.

O capítulo II será desenvolvido considerando a obra *Vigiar e Punir* no que se refere à investigação acerca das tecnologias disciplinares produtoras da alma, isto é, da subjetividade do homem moderno, com destaque para a educação e seu

¹² *Apud*, RORTY, R. Educação como socialização e como individualização. 2000, p. 87.

conjunto de saberes e poderes pedagógicos. Através do entendimento das técnicas de punição, sanção, normatização, adestramento e regulamentação dos comportamentos, serão analisadas as formas como os indivíduos passaram a ser concebidos enquanto sujeitos e objetos de um saber. Além disso, o estudo realizado por Foucault acerca da genealogia do sujeito moderno, deverá mostrar as diversas formas de investimento sobre o corpo dos sujeitos, a fim de melhor dominá-lo e controlá-lo em sua existência.

A mudança de concepção acerca dos valores morais modernos para Foucault torna-se possível diante de um comportamento ético perante a vida, temática encontrada no capítulo III deste trabalho em que foi utilizado o volume II de *História da sexualidade* e alguns textos e entrevistas pertencentes ao volume IV dos *Dits et écrits*. A ética, segundo o filósofo, pode ser definida como uma relação a si, consigo. Trata-se de propor um questionamento pelo como, do como se constitui o indivíduo como sujeito moral de suas ações, que lhe foram dados pelo saber moderno, pelo poder disciplinar e normalizador e por uma determinada forma de moral regulamentadora dos comportamentos. Assim, o sujeito se constitui através de sua relação com: o poder, o saber e a ética. Encontrando-se aí práticas de dominação e práticas de liberdade. O estudo de tais práticas deve indicar como fomos e somos constituídos.

Acreditamos que a relevância deste presente trabalho se deve à busca pela compreensão dos mecanismos de subjetivação que constituem, constroem a alma do indivíduo moderno, sua personalidade, tendo os procedimentos educativos como um dos principais agentes produtores de seres submissos, adestrados, dóceis, moralizados, enfim, educados, e encerrados no âmbito da sociedade.

CAPÍTULO I

AS CIÊNCIAS HUMANAS E A FORMAÇÃO DOS SABERES

A publicação de *As palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*¹³, em abril de 1966, pela editora francesa *Gallimard*, iniciará o ciclo de lançamentos da coleção *Bibliothèque des sciences humaines* com um número elevado de vendas, e críticas das mais diversas; acontecimento este que ficará marcado na história da literatura. Na biografia sobre Michel Foucault, o jornalista Didier Eribon¹⁴, destaca o sucesso e repercussão que o livro provocou após sua publicação, tanto no meio filosófico quanto entre o público em geral, tornando-se um fenômeno raro entre as obras da área de filosofia.

Decorrente de uma análise voltada para o nível dos discursos, de um estudo das formações e constituição dos saberes – questões relacionadas aos primeiros livros de Foucault – onde as práticas e os modos de exercício do poder quase nunca aparecem, essa obra, que foi objeto de muitas discussões acerca do surgimento das ciências humanas, propõe-se a investigar em que momento na história da cultura ocidental o homem foi colocado como objeto de saber. Para tanto, Foucault descreveu ao longo da história as diferentes *epistémês* para mostrar que antes da modernidade o homem não existia, desde o século XVI até a contemporaneidade, evidenciando de acordo com cada época e cada cultura o conjunto de saberes que posteriormente iriam tornar possível a composição do conjunto de enunciados e discursos científicos na modernidade. Tais discursos e enunciados são designados, de acordo com o filósofo, de *epistémê* – entendida como o fundamento definidor do modo de pensar de uma determinada época.

Então, na época clássica, Foucault irá investigar como se desenvolveram os três campos do saber na *epistémê* clássica: a gramática geral, a análise das riquezas e a história natural. A partir do século XIX, esses campos do saber dão lugar a uma nova forma de organização de outros três campos, pertencentes agora a *epistémê moderna*: a filologia, a economia e a biologia, que possibilitarão a

¹³ FOUCAULT, M. 1966.

¹⁴ ERIBON, D. 1990.

tomada do homem como objeto de conhecimento circunscrito, respectivamente, nas esferas da vida (vivente), do trabalho (trabalhador) e da linguagem (falante).

É a partir desta configuração geral da *epistémê moderna* que as ciências humanas encontram seu lugar de origem, aparecendo quando o homem se constituiu na modernidade enquanto sujeito e objeto do saber. O surgimento da filosofia Kantiana; o nascimento das ciências empíricas; o surgimento da literatura e a volta da filosofia sobre sua própria história – só é possível fazer filosofia falando sobre a filosofia – são acontecimentos na ordem do saber que caracterizam a emergência histórica da modernidade.

Essa maneira de pensar o homem, própria à *epistémê moderna*, conforme Foucault descreve, não se apresentou sempre como um problema no campo dos saberes. Apenas as sociedades modernas pensaram o homem dessa forma, pois o estudo arqueológico mostra que no Renascimento ou no Classicismo o homem não era o ponto de partida das reflexões filosóficas, não era tido como o fundamento de todas as positivities, não havia um pensamento empírico sobre ele. Por isso é considerado como uma invenção recente, já que somente no final do século XVIII e início do XIX é constituído enquanto objeto de estudo das ciências humanas (psicologia, sociologia e a análise das literaturas e dos mitos) – que têm seu surgimento atrelado à proximidade estabelecida com as ciências empíricas (biologia, economia e filologia) e podem assim produzir o conjunto de saberes resultantes de suas interpretações, especulações e representações acerca do sujeito moderno.

1.1 As “ciências” humanas no triedro dos saberes

O campo da *epistémê* moderna é ordenado conforme três dimensões. Em uma delas encontram-se as ciências dedutivas (físico-matemáticas), em outra as ciências empíricas (biologia, economia e lingüística) e por fim a dimensão da reflexão filosófica (analítica da finitude). Neste triedro epistemológico as ciências humanas não encontram lugar, a não ser nos limites de cada uma destas dimensões, o que as coloca em contato com todas as formas de saber e lhes confere um espaço.

O contato delas com as ciências físico-matemáticas geralmente é pensado de duas formas: primeiro, como uma possibilidade para a formalização do saber, para uma justificação científica, ou seja, o que não passou pelo processo de *matematização* não está apto a ser considerado como ciência; segundo, porque tenta-se distinguir o domínio das matemáticas de tudo aquilo que é pura interpretação.

Foucault esclarece que as ciências humanas têm relação com as matemáticas assim como têm com os outros domínios de saber – ciências empíricas, reflexão filosófica. As ciências humanas podem,

sob certas condições, servir-se do instrumental matemático: alguns de seus procedimentos, muitos dos seus resultados podem ser formalizados. É, seguramente, de primeira importância, conhecer esses instrumentos, poder praticar essas formalizações, definir os níveis em que podem ser efetuadas (...).¹⁵

O filósofo destaca através da análise arqueológica, que o fundamento dessa relação não está presente na história das ciências humanas (como se este fosse um motivo de avanço para as questões humanas), mas sim na dissociação, no afastamento das ciências físico-matemáticas em relação à sua constituição.

(...) foi o retraimento da *máthesis* e não o avanço das matemáticas que permitiu ao homem constituir-se como objeto de saber; foi o envolvimento do trabalho, da vida e da linguagem em torno deles próprios que prescreveu do exterior o aparecimento desse novo domínio; e é o aparecimento desse ser empírico-transcendental, desse ser cujo pensamento é indefinidamente tramado com o impensado, desse ser sempre separado de uma origem que lhe é

¹⁵ FOUCAULT, 1966, p. 366.

prometida na imediatidade do retorno – é esse aparecimento que dá às ciências humanas sua feição singular.¹⁶

Dentre essas três dimensões do saber, são com as ciências físico-matemáticas que as ciências humanas mantêm uma relação menos problemática, pois tal relação sempre evidenciou a tentativa de tomar de empréstimo das matemáticas o seu saber positivo sobre o homem, lhe dando um estilo, uma forma, uma justificação científica e nada mais. Em compensação, as dificuldades começam a aparecer nas relações estabelecidas com a esfera da analítica da finitude e das ciências empíricas. Primeiro que com estas pode ser definida a essência das ciências humanas. Por estarem em uma posição de “vizinhança” em relação a estas ciências, elas passaram a adquirir e adaptar os saberes acerca da vida, do trabalho e da linguagem para o seu campo de representação, estreitando assim a sua relação quase que imediata com estas empiricidades.

Depois, ao realizar estas representações acerca da vida, do trabalho e da linguagem, as ciências humanas realizam de forma indireta, uma aproximação entre as ciências empíricas e a analítica da finitude – esta pensa como o homem entende a sua capacidade de conhecer as coisas que lhe são exteriores e produzir os saberes formadores de sua consciência, de seu modo de ser. Enfim, as ciências humanas pensam a possibilidade de existência do homem por conta de encontrarem seu fundamento epistemológico no conjunto de saberes desenvolvidos pelas ciências empíricas e pela analítica da finitude, podendo representá-los, transformá-los em outra espécie de saber que se distancia a cada nova representação, daqueles que lhes constituiu, que lhes serviu de “modelo”. Estes são alguns dos entraves ocasionados no âmbito destas complicadas relações.

Assim, nem a biologia, a economia e a filologia devem ser compreendidas como sendo as primeiras ciências humanas. A biologia se dirige não somente ao homem, mas a todas as outras manifestações de vida que habitam a terra, pois não o concebe como o único ser que tem um funcionamento biológico, da mesma forma que a economia (apesar do homem ser a única espécie que trabalha no sentido de produzir, distribuir e consumir determinados bens), ao definir leis pertencentes aos mecanismos de produção e necessitar recorrer a comportamentos humanos, não é uma ciência humana.

¹⁶ *Ibidem*, p. 367.

Com a filologia que estuda a língua, suas mutações fonéticas, suas leis e a semântica, ocorre o mesmo. Embora o homem seja o único ser que fala, isto não faz da filologia uma ciência humana, já que esta opera na esfera das representações, tomando o homem não a partir do que ele tem de mais natural, de essencial, mas como ser que do interior da linguagem representa, através da fala, o sentido das palavras.

As ciências humanas, em sua relação com estas ciências, tomam o homem enquanto objeto de estudo e o concebe como ser que vive, trabalha e fala, constituindo representações sobre a vida, suas necessidades e sua existência enquanto ser vivo. Também sobre o trabalho e suas representações acerca da maneira como o indivíduo e os grupos sociais entendem ou ignoram o funcionamento dos modos de produção, como se integram ou se isolam dentro da sociedade, se submetem ou buscam se libertar, representando dessa forma a economia. E sobre a linguagem e as diferentes formas que os indivíduos, os grupos sociais realizam representações que resultam em discursos, falas, em diferentes formas de como mostrar ou esconder o pensamento, de evidenciar o que pretende enunciar a partir de uma representação da própria linguagem.

Verifica-se então, que as ciências humanas não realizam uma análise da forma como o homem se apresenta em sua essência, de como ele é por natureza, mas sim analisa o que lhe possibilita compreender o que é a vida, qual a origem do trabalho e de seus mecanismos, e de que forma o ser humano pode falar. É quando estas supostas ciências ocupam um lugar na *epistémê moderna*: na posição que as afastam do *triedro dos saberes* em decorrência de suas representações, separando-as assim das empiricidades – biologia, economia e filologia.

Por isso, seria errôneo entender as ciências humanas de acordo com uma interiorização do homem em direção à sua subjetividade, uma vez que elas retomam as ciências empíricas a fim de realizar uma ação voltada para a exterioridade dos acontecimentos, funcionamentos e mecanismos que são próprios a estas ciências; não a partir daquilo que são, mas do que passam a ser quando representados.

1.2 Os três modelos e as três regiões epistemológicas

As ciências humanas pensam o homem na esfera das condutas, dos comportamentos, hábitos, atitudes, dos gestos, dos discursos ditos e/ou escritos; operam através da análise do indivíduo que age, se conduz, trabalha, fala. Elas constroem, de acordo com os “modelos” herdados das ciências empíricas, seu conjunto de saberes a partir das normas, regras, sistematizações a fim de que seu discurso, que pretende ser científico, seja tido como verdadeiro, legítimo. É quando esses discursos reduplicam as ciências empíricas e se reduplicam, ou seja, Foucault descreve que as ciências humanas não têm como objetivo principal estabelecer um discurso formalizado, mas ao contrário, o que elas pretendem é através da representação de tais conhecimentos empíricos tomar o homem como objeto de especulação acerca de sua existência, colocá-lo na esfera da finitude.

A apropriação desses modelos ou categorias é o fato determinante para o surgimento do domínio, da dimensão das ciências humanas no campo da *epistémé* moderna e para a definição de sua positividade (constituição de um saber). Neste domínio encontram-se três regiões epistemológicas – subdividas entre si e relacionadas umas com as outras – que podem ser situadas da forma seguinte: *região psicológica, região sociológica e região das leis e formas de uma linguagem*.

A *região psicológica* pode ser relacionada com a biologia quando herda desta ciência os conceitos de *norma e função*. O homem enquanto ser que tem funções recebe estímulos do meio em que vive, se adapta, se submete, tem a capacidade de harmonizar-se com as transformações sociais, culturais, fisiológicas. Dessa maneira, o indivíduo age conforme as normas de ajustamento que regulam suas funções, isto é, atua conforme uma normatização dos comportamentos a partir da definição do que deva ser normal ou patológico e assim é constituída sua psique, personalidade, seu caráter.

A *região sociológica* encontra seu lugar junto à economia a partir da análise do indivíduo enquanto ser que trabalha, produz e consome, que pertence a uma dada sociedade, participa de seus ritos, crenças, festas. Enfim, que representa a cultura na qual está inserido e dessa forma constitui uma identidade. Os conceitos derivados da economia são a *regra e conflito*. O ser humano tem necessidades,

desejos, vontades e busca satisfazê-los; tem a finalidade de realizá-los, afirmando-os e conseqüentemente opondo-se a tudo o que lhe for contrário. Daí nascem as situações de conflito, pois nem sempre suas vontades poderão ser realizadas, já que a existência das regras sociais impõem limites a tais interesses. Assim, as regras podem a um só tempo “apaziguar” os conflitos como também provocar a sua ação.

A *região da linguagem* busca sua fundamentação no domínio da lingüística, em que as ações humanas são concebidas como condutas que querem expressar linguisticamente alguma coisa. Os gestos, hábitos, comportamentos conscientes e inconscientes dos indivíduos representam algum sentido, bem como a cultura, os discursos institucionais, constituem um sistema de signos, símbolos e significações. É a partir da lingüística que se constituem as categorias de *sistema e significação*. Portanto, Foucault afirma:

Assim, estes três pares, função e norma, conflito e regra, significação e sistema, cobrem, por completo, o domínio inteiro do conhecimento do homem.¹⁷

E mais adiante o filósofo esclarece que não se deve entender cada um desses pares de conceitos como discursos estanques, separados uns dos outros, já que não possuem exclusividade de aplicação limitada apenas a um domínio do conhecimento (psicologia, sociologia e análise das literaturas e dos mitos), mas mostram-se entrecruzados podendo interpretar e representar uns aos outros sem a perda de seu objeto de estudo. O essencial desses três modelos quando atuam na dimensão das ciências humanas é a formação de um saber. Então Foucault destaca:

Todos esses conceitos são retomados no volume comum das ciências humanas, valem em cada uma das regiões que ele envolve: daí se segue ser frequentemente difícil fixar os limites, não entre os objetos, mas também entre os métodos próprios à psicologia, à sociologia, à análise das literaturas e dos mitos.¹⁸

Decorre dessa divisão a possibilidade de existência de um saber próprio às ciências humanas, da constituição de sua positividade, bem como a posição paradoxal da representação e sua relação com o inconsciente. Através da representação as ciências humanas criam seus discursos acerca da vida, do

¹⁷ *Ibidem*, p. 374.

¹⁸ *Ibidem*, p. 375.

trabalho e da linguagem e conseqüentemente padronizam a saúde, a doença, as relações de produção e consumo, a língua e seu universo simbólico. Estes padrões são percebidos, internalizados como uma “verdade”, como um conjunto de diretrizes a serem seguidas sem a possibilidade do questionamento, pois todo esse discurso é legitimado pelas instituições sociais que os põem em prática e concorrem para a sua eficácia; quando a ação do indivíduo se torna um hábito, um ato quase que mecânico, instintivo, inconsciente, e quando por fim é evidenciada a sua humanidade.

1.3 A representação enquanto essência da ação humana

O papel da representação nas ciências humanas encontra-se fundamentado não apenas em procedimentos dados à razão, à consciência, mas precisamente em formas e processos inconscientes, pois representam seu saber baseadas na “adoção” dos modelos de *regra e conflito*, *sistema e significação*, *norma e função*, os quais operam com uma paradoxal relação de conceitos, ao que Foucault denomina de “caráter bipolar dos modelos”¹⁹. A partir da interpretação realizada pelas ciências humanas, esses três modelos podem se relacionar entre si e serem articulados uns com os outros.

A *regra*, o *sistema* e a *norma*, quando estão sob a análise destas ciências, são vistos como um conjunto de conceitos que possuem coerência própria, autonomia, e que não necessitam da consciência para serem legitimados, pois lhes são anteriores, precedem ao entendimento do indivíduo acerca de tais conceitos, já que este vive, trabalha e fala em um mundo que lhe precedeu, que já estava lá, antes de sua existência.

Já o *conflito*, a *significação* e a *função* são analisados a partir da *regra*, do *sistema* e da *norma*, respectivamente. Isso se dá por conta daqueles conceitos serem entendidos pelas ciências humanas como complementares, secundários, derivados, em relação a estes que lhes constitui. É o sistema que confere e assegura a “origem positiva” da significação, aparece para esta como uma verdade, como algo sempre dado. O mesmo ocorre com a noção de conflito, que mostra como o desejo, a vontade ou o interesse podem ser representados a partir do ponto de vista da regra como meios para a violência, para o descontrole, justificando dessa forma a necessidade da imposição de limites, de regulamentos. E o conceito de função tem seu exercício limitado pela norma, que determina como deve se dá à possibilidade de tais ações.

Apesar de a modernidade criticar as formas de saber pertencentes à época clássica – caracterizada principalmente por uma metafísica da representação e do ser realizadas através da filosofia de Descartes e dos ideólogos do século XVIII – de realizar uma reflexão sobre as condições da representação, de questionar os limites de seu conhecimento, as ciências humanas (portanto modernas) somente foram

¹⁹ *Ibidem*, p. 376.

constituídas a partir dela. Apesar de ter sido tomada como objeto de estudo, foi a partir da representação que as ciências humanas passaram a também fazer parte do campo da *epistémê* moderna. Assim Foucault ressalta:

Mas a representação não é simplesmente um objeto para as ciências humanas: ela é, como se acaba de ver, o próprio campo das ciências humanas, e em toda a sua extensão; é o suporte geral dessa forma de saber, aquilo a partir do qual ele é possível.²⁰

Pode-se identificar o que estas ciências têm de essencial: não o homem como se poderia imaginar, mas um lugar na disposição das ciências empíricas, das ciências dedutivas e da reflexão filosófica no *triedro dos saberes*. É esta localização que lhes permite ter uma “forma” e constituir o homem como seu objeto de análise. Justamente por terem acolhido os modelos tomados emprestados das ciências empíricas se tornou possível intitulá-las de “ciências”, apesar de não serem ciências. Tal fato em si não deve ser entendido como algo negativo ou como um entrave, já que se trata de uma outra configuração do saber, que não a científica. É quando o filósofo a define:

É o caso também do que se denomina hoje ciências humanas (...) compreende-se porque não podem ser ciências: o que as torna possíveis, com efeito, é uma certa situação de “vizinhança” em relação à biologia, à economia, à filologia (ou à linguagem); elas só existem na medida em que se alojam ao lado destas – ou antes, debaixo delas, no seu espaço de projeção.²¹

O homem será sujeito e objeto dos saberes que constituem as ciências humanas, entendidas aqui como um conjunto de discursos que pensam o indivíduo situado na esfera da vida, do trabalho e da linguagem. A análise realizada por estas ciências, não a partir da subjetividade dos indivíduos, mas situada no âmbito das ações e condutas destes, serve para bem expressar a sua essência: a representação, isto é, um conjunto de saberes especulativos e representativos que definem o campo de atuação das ciências humanas na *epistémê moderna* e a partir do que se torna possível entender o homem enquanto ser que vive, produz e fala. Deste modo, a representação aparece como o suporte geral dessa forma de saber, aquilo a partir do qual ele é possível.²²

²⁰ *Ibidem*, p. 380.

²¹ *Ibidem*, p. 383.

²² *Ibidem*, p. 380.

* * *

Portanto, até o momento pôde ser visto que o estudo arqueológico analisa as formações dos saberes, a exemplo do nascimento das ciências humanas e seu conjunto de representações. Foucault utiliza a palavra *saberes* para mostrar de que maneira os discursos científicos pretendem ser verdadeiros, elaborando de forma sistemática regras, conceitos e modelos em busca de sua positividade. Contudo, essas ciências ainda não podem e não devem ser compreendidas como normalizadoras, já que são compostas por teorias e discursos que mais tarde constituirão as práticas não-discursivas, promotoras da subjetividade do sujeito moderno.

Nesse sentido, a arqueologia investiga as possibilidades de surgimento e transformação de um saber, toma-o como objeto de estudo a partir das práticas discursivas que o engendra. Em relação à educação, a análise arqueológica serve à compreensão de como se dá a formação do conjunto de discursos promotores do fazer pedagógico e de que modo a Pedagogia pode representar um campo de saberes.

CAPÍTULO II

O SUJEITO NAS RELAÇÕES DE PODER

O lançamento de *Vigiar e Punir*²³, em 1975, integrando a coleção *Bibliothèque des sciences humaines*, pela *Gallimard*, mostra-se como mais uma obra de Michel Foucault que obtém grande repercussão junto à opinião pública. Um exemplo disto foi o lançamento de um número especial do *Magazine Littéraire*²⁴, dedicado ao livro. Temática recorrente às obras de Foucault, o poder e as modalidades de seu exercício não poderiam ficar ausentes desta obra que trata o poder enquanto uma força que atravessa o conjunto da sociedade através de procedimentos de disciplina que reprimem os corpos dos indivíduos, tendo como resultado a constituição da alma do sujeito inserido no universo moderno.

Enquanto no primeiro domínio pôde ser vista a temática da arqueologia, cujo ponto principal foi a investigação sobre as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas, no segundo, a genealogia descreverá sob que condições foi possível a existência de uma microfísica do poder, adotando o ponto de vista do corpo (e duas forças), enquanto objeto de suplício, de instrumento para a domesticação, mutilação, sujeição. Contudo, não se trata apenas de uma história de violência sobre os corpos dos sujeitos, que o submete e o destrói. Segundo Foucault, o poder é uma ação sobre ações e, portanto, também encontra resistências em relação àqueles que lhe estão submetidos. No interior das relações de poder, todos participam, todos são passíveis de ação.

O *Vigiar e Punir* instaura uma análise histórica sobre a produção da “alma” moderna. Como ocorre esse processo e em que momento o sujeito deixa de ser apenas objeto de punição e passa a ser investido por um conjunto complexo de poderes e saberes científicos – legitimadores da Justiça e do Código Penal modernos definidores de sua identidade, através de diversos mecanismos de correção –, são alguns dos aspectos apontados pelo filósofo ao longo da realização de uma genealogia da subjetividade moderna.

²³ FOUCAULT, Michel. 1987.

²⁴ ERIBON, D. 1990.

2.1 Dos castigos do corpo à constituição da “alma”

Foi na Europa durante a Época Clássica (entre os séculos XVII e XVIII) que puderam ser conhecidos os rituais de castigo, punição, suplício, ostentação do sofrimento, condenação e morte, praticados nos corpos dos condenados, dos indivíduos tidos como culpados. Todo esse mecanismo de tortura (a roda, o esquartejamento, as amputações, etc.) praticado pelo carrasco sob determinação do rei, representava a forma como nesta época eram sancionados os crimes. Era priorizada a descoberta de quem os havia cometido; que tipo de castigo deveria ser aplicado; qual a intensidade da tortura no corpo do supliciado; em que local do corpo ferir o criminoso. O corpo era concebido como alvo principal da repressão penal.

A punição era concebida como um espetáculo que acontecia em praça pública, um “teatro” ao ar livre, aos olhos de tudo e de todos, a fim de que o poder do rei fosse restabelecido. Aquele que descumprisse a lei – neste momento personificação da figura do rei – seria como afrontá-lo, violá-lo. Um ataque ao corpo do soberano.

Os rituais de tortura aconteciam para que fosse extraída do acusado uma verdade, a confissão de seu crime; para que aquela execução pública servisse de exemplo à população e fosse concebida como um acontecimento inevitável, necessário e legítimo. O acusado deveria ter em sua consciência a certeza de que seria punido exemplarmente. Esses rituais deveriam se repetir a cada nova violação, a cada novo crime. Para tanto, a tortura, a produção da dor, a intensidade com que se castigava, deveriam encontrar no crime os seus correlatos.

Todo esse espetáculo punitivo trouxe consigo alguns problemas. A Lei de então, aos olhos da população, representava sofrimento e dor, estigmas que a justiça se via obrigada a carregar. Assim, os supliciados passam a ser vistos também como um objeto ao mesmo tempo digno de piedade e de admiração. As cerimônias penais deixavam aos poucos de serem respeitadas e temidas para serem suspeitadas de manter com o crime profundas semelhanças, já que tratava de um ritual atroz, cruel. As figuras do carrasco e do criminoso quase não ofereciam elementos que possibilitasse diferenciá-los.

A partir daí, já não se tornava tão honroso o processo de condenação, nem para o carrasco nem para a justiça, pois se era humilhante ser punido, punir sob tais métodos se mostrava uma vergonha ainda maior. Logo, punir vai se tornando para a justiça um grande mal-estar.

Ao final do século XVIII e início do século XIX os rituais de punição vão sendo extinguidos na Europa. Ocorrem diversas transformações institucionais em que o ato de punir passa a ser também um procedimento administrativo. A Justiça agora não mais se atém à execução do espetáculo punitivo, mas aos debates e sentenças da condenação.

Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justificáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, elas cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não os objetos últimos de sua ação punitiva. ²⁵

A justiça não assume mais a parte violenta da punição. O essencial da pena será buscar corrigir os desvios, reeducar os comportamentos, normalizar as condutas. Extingue-se o domínio sobre o corpo, tocá-lo o mínimo possível, procurar atingir nele não a sua constituição física, mas concebê-lo como instrumento.

À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. ²⁶

Fim do sofrimento físico e da dor corpórea; nascimento das obrigações, interdições, coações, enfim, privação da liberdade, dos direitos, sem fazer, necessariamente, o culpado sofrer. A pena deve agora atingir mais a alma do que o corpo. Verifica-se aí uma modificação de propósito: menos dor e crueldade, o que não quer dizer mais “humanidade”. Surgimento do que o indivíduo tem de mais íntimo, mais profundo: sua alma.

²⁵ *Ibidem*, p. 16.

²⁶ *Ibidem*, p. 20-21.

2.2 O Direito Moderno e sua relação com as ciências humanas

Há uma modificação do objeto, do crime a ser punido, mas isso não significa que esse processo se deu de forma abrupta. A substituição dos objetos a serem punidos deve considerar o momento histórico, político e econômico próprios de cada época, pois as noções de permitido / proibido, certo / errado, ainda permaneceram.

O Direito Moderno estabelece, a partir de então, novos parâmetros de julgamento para os crimes cometidos, havendo uma nova moral a reger o ato de punir. Além dos crimes e delitos, a lei julga também “as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente e hereditariedade”.²⁷ Portanto julga-se não apenas o ato, o feito criminosos, mas fundamentalmente o que se esconde por detrás desta ação, a sua intenção, a vida do indivíduo como um todo, seu presente, seu passado.

É quando se evidencia a presença de elementos extra jurídicos no Direito, isto é, elementos científicos que abarcam as mais diversas áreas do saber: peritos psiquiátricos ou psicólogos, educadores, antropólogos criminalistas, médicos. Dessa forma, os instrumentos legais da justiça disporão de um conhecimento científico que lhe dará elementos esclarecedores e justificáveis da vida dos indivíduos.

Não somente analisar as infrações, mas o que se esconde por detrás delas. Procurar entender porque o crime foi cometido, classificá-lo, descobrir qual a sua causa, qual o julgamento apropriado, como o sujeito será enquadrado. Pensar o que representa o crime; o que levou seu autor a cometê-lo; que medida tomar para corrigir esse fato; saber se trata de um louco; saber como classificá-lo, enquadrá-lo. Aspectos que agora devem ser considerados pelo sistema penal.

Através da suavização das penas torna-se possível obter um melhor conhecimento acerca do homem. O homem como um objeto de saber das ciências humanas. A justiça criminal moderna não tem mais nas mãos o poder exclusivo de julgar, de punir. Agora esse ônus é dividido, o que evita que o juiz seja unicamente responsável por tal ação. A lei não apenas condena ou absolve, isto é, julga; ela lança mão de todo um aparato técnico para prescrever uma possível normalização das condutas; cria-se a partir daí um regime de verdade. Um novo poder de julgar

²⁷ *Ibidem*, p. 21.

surge, pois por trás do poder judiciário existe todo um aparato científico que legitima e justifica ainda mais seu exercício.

(...) desde que funciona o novo sistema penal – o definido pelos grandes códigos dos séculos XVIII e XIX – um processo global levou os juízes a julgar coisa bem diversa do que crimes: foram levados em suas sentenças a fazer coisa diferente de julgar; (...) A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos.²⁸

Todo esse processo de supressão dos suplícios e suavização da punição propiciou o surgimento das prisões e seu conjunto de procedimentos normalizadores dos comportamentos, buscando através de técnicas de saber e poder corrigir as condutas dos indivíduos, investindo sobre seu corpo, sua alma. É quando se vê o surgimento de um mecanismo de produção de corpos dóceis e não mais o seu aniquilamento.

A produção de uma nova maneira de punir era necessária para o nascimento de uma tecnologia disciplinar que englobasse a vigilância, o controle constante, o encarceramento. Um novo ritual operado em segredo, não mais aos olhos de todos, mas escondido, isolado tanto do corpo social quanto do poder judiciário.

As prisões configuram assim como um exemplo bastante ilustrativo da mudança de atitude com relação ao crime, a punição e ao corpo do indivíduo no Ocidente. Foi o que Foucault relatou através da história das relações de poder disciplinar e a substituição dos objetos a serem punidos através dos seguintes momentos: a figura do rei e a tortura sem limites sobre o corpo dos condenados, o desaparecimento deste espetáculo de punição e suplício com o surgimento de uma punição incorpórea e por fim o nascimento das tecnologias disciplinares e seu efeito nas instituições sociais.

²⁸ *Ibidem*, p. 25.

2.3 As técnicas disciplinares e o adestramento dos corpos

A partir desses novos esquemas de punição dos crimes, vê-se a formação de novos tratamentos com o corpo. Além de ser objeto de controles, manipulações, proibições, limitações e obrigações, o corpo é também investido por uma tecnologia política que o trabalhará de forma detalhada, minuciosa. Muda-se a escala do controle, pois agora se deve operar com uma coerção constante, que exige fundamentalmente, agilidade e eficácia. A intensidade do exercício se faz presente a fim de que o indivíduo internalize estes métodos de tal maneira, como uma segunda natureza e venha a agir de forma quase que mecânica, isto é, uma tática para que se possa obter uma maximização das forças. Controle e fiscalização constantes do tempo, do espaço e dos comportamentos.

Diante de todos esses métodos sobre o corpo, sobre a vida dos sujeitos, se configura o conceito de disciplina: combinação de controle e sujeição dos corpos, tornando-os dóceis e úteis. São propriamente “fórmulas gerais de dominação”²⁹. Logo pode ser diferenciada dos demais procedimentos disciplinares presentes ao longo da história, a exemplo da *escravidão*, da *domesticidade*, da *vassalidade* e do *ascetismo*.

Na *escravidão* se encontra como fundamento a apropriação dos corpos; na *domesticidade* as vontades desmedidas do patrão que devem ser constantemente atendidas; na *vassalidade* a dominação opera nem tanto no corpo do indivíduo, mas sobre os produtos de seu trabalho; e no *ascetismo* tem-se a renúncia e o domínio de cada um sobre seu próprio corpo como princípio desta apropriação.

Como funciona a disciplina então? A disciplina enquanto um mecanismo de dominação que pretende extrair do corpo humano o máximo de utilidade e obediência possíveis, funciona não apenas para subjugar-lo, dominando-o. O poder disciplinar além de limitar, enquadrar, normatizar, – o que o caracteriza como um poder negativo – também produz corpos educados, docilizados e úteis – conferindo – lhe dessa forma um caráter também positivo, porque produz, “fabrica” corpos adestrados e obedientes.

²⁹ *Ibidem*, p. 126.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder' que está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.³⁰

Cria-se, dessa forma, uma relação em que há ao mesmo tempo um aumento e diminuição de forças: aumento da utilidade, da dominação e diminuição da revolta, da resistência. Isso não ocorre por acaso, mas por conta da diversidade de campos de atuação do poder na sociedade, das mais variadas práticas institucionais que apóiam-se umas nas outras e perpetuam esse jogo de poder. Como resultado vê-se a constituição do que podemos denominar de "micropoderes", isto é, um regime de difusão dos procedimentos disciplinares e coercitivos na sociedade que se articulam e se complementam, funcionando como um dispositivo. Evidencia-se a minúcia nas observações, no olhar, nos métodos, no exame, em que se pode encontrar o processo de educação – Pedagogia – como mais um mecanismo para o bom adestramento do sujeito.

Deste modo, configura-se a constituição de saberes atrelada aos modos de exercício de poder, ou seja, o trabalho genealógico aponta à existência do desenvolvimento de dispositivos disciplinares. Estes envolvem tanto o nível discursivo quanto extra-discursivo, pois trazem em sua formação um conjunto heterogêneo de discursos (moral, científico, filosófico, etc.), instituições, organizações arquitetônicas, normatizações, leis, etc.

Foucault caracteriza a distribuição espacial dos indivíduos nas diversas instituições sociais, a exemplo das prisões, mas também dos colégios, quartéis, hospitais e indústrias, como um fato decisivo para encarcerar os sujeitos e melhor governá-los.

Assim, os mecanismos disciplinares produzem individualidades, subjetividades; consolidam um ideal de homem que se adequa a essa nova mecânica do poder: controle e separação espacial (hierarquização das disposições, análise constante dos indivíduos e de suas distribuições nos espaços em que ocupam, através de uma regulação das funções em cada localização) controle das atividades (o horário, a ordenação das ações e o controle do tempo para executá-

³⁰ *Ibidem*, p. 127.

las, minimização de comportamentos desnecessários, de gestos impróprios e maximização da eficácia e da rapidez, síntese entre corpo e objeto a fim de que sejam indissociáveis, utilização máxima do tempo); controle do tempo (apropriação individual, singular do tempo e aperfeiçoamento dos desempenhos através de exercício) e a manipulação das forças (mecanismo para compor as forças dos indivíduos a fim de obter um resultado eficiente, ou seja, concentração da energia, da coragem a partir de uma regularidade, de uma ordem a ser seguida; extração máxima da quantidade de forças de cada indivíduo, combinando-as e otimizando-as).

O poder disciplinar, fundamentalmente, atua sobre os corpos dos indivíduos a fim de que sejam submetidos, docilizados, utilizados, enfim, a partir de um jogo de forças – coerção e resistência – o corpo passa a ser transformado, moldado, conduzido. Daí ser concebido como um objeto a ser dividido, organizado, exercitado, controlado; seus espaços demarcados, sua temporalidade definida através de um domínio constante das atitudes. O que resulta em uma desapropriação por parte do indivíduo do poder, da força que lhe constitui enquanto ser vivo. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.³¹

Através de procedimentos simples e calculados, a ação disciplinar traz em sua composição: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”.³² O olhar hierárquico tem a vigilância como o principal instrumento pelo qual o indivíduo é controlado dentro de um espaço determinado. Observação constante e individualizada das ações dos sujeitos a fim de reprimir possíveis problemas como a preguiça, doença, incompetência, etc. E o primeiro espaço a ser investido por essa vigilância foi o militar, sendo posteriormente expandida à esfera urbana, às prisões, escolas e demais instituições sociais. “A individualização e a observação eram reunidas dentro deste espaço estrutural”.³³

Para que essa vigilância fosse possível o cotidiano dos indivíduos tinha de ser normatizado através de regras que sancionavam os comportamentos. Era a sanção normalizadora. Assim se determinava o certo e errado, o permitido e o proibido, o verdadeiro e o falso, o bem e o mal. Infringir tais regras significava estar sujeito à punição. Existia

³¹ *Ibidem*, p. 127.

³² *Ibidem*, p. 153.

³³ DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 174.

(...) toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), do modo de ser (indelicadeza, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes 'incorretas', gestos inconformes, falta de asseio), da sexualidade (imodéstia, indecência).³⁴

Através da observação criava-se um dossiê a respeito de cada indivíduo, o que permitia obter um maior conhecimento acerca deste. Permitia também a legitimação e justificação das sanções e da distribuição dos indivíduos nos espaços. Da combinação entre vigilância e sanção normalizadora resulta o exame. Este reúne em sua tecnologia o poder e o saber, fabricando uma invisibilidade do poder (em contraposição às formas tradicionais de poder, em que a visibilidade ficava por conta do rei, que mostrava seu poder de maneira explícita) e fazendo recair sobre os atos praticados pelos indivíduos uma constante visibilidade e vigilância para que estes sejam examinados e promovam a constituição de um saber, de uma verdade.

No âmbito escolar será possível avaliar e sancionar os indivíduos na medida em que se comparam uns com os outros com a finalidade de atingir uma norma, uma conduta tida como correta. Não se trata apenas de sancionar o desempenho escolar, o aprendizado, mas principalmente constituir um campo de saber, de conhecimento sobre os escolares. O professor transmite saberes e simultaneamente os recebe de volta, pois os retira de seus alunos, dos discursos elaborados por estes, do desempenho obtido na execução das atividades, suas aptidões, seus níveis de compreensão. Os dossiês se apresentam como um documento essencial para a definição da individualidade e para o registro destas características individuais através de uma escrita disciplinar. O indivíduo passa a ser classificado, caracterizado, fixado.

Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, (...) para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular (...); e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a (...) descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa "população".³⁵

³⁴ FOUCAULT, 1977 *apud* DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 174.

³⁵ FOUCAULT, 1977, P. 169

A escola ao se utilizar do ritual do exame ³⁶ exerce o poder que se manifesta através do olhar e conseqüentemente produz saber. A pedagogia funciona então como uma ciência da educação que elabora e organiza estes saberes produtores de individualidades, subjetividades. É o que Foucault denomina de ciências do indivíduo. A entrada do homem moderno no campo do saber configura a formação de um novo exercício de poder, de coerção, sobre o corpo, gestos e comportamentos.

A técnica do exame evidencia também a tomada de cada indivíduo como um “caso” a ser analisado, isto é, ele pode ser “descrito, mensurado, medido, comparado a outros e em sua própria individualidade.” ³⁷ A partir daí o indivíduo deve ser novamente treinado, classificado, normalizado, enquadrado. Através da descrição e documentação das condutas, obtêm-se um arquivo sobre cada sujeito, que mais tarde os procedimentos disciplinares poderão dele se utilizar. O exame figura assim como uma tecnologia do poder disciplinar que constitui o indivíduo como efeito e objeto de saber e de poder.

Dessa forma, pode-se conceber a disciplina enquanto uma tecnologia, um conjunto de táticas que produz, fabrica individualidades, subjetividades, através do controle, manipulação dos corpos dos indivíduos enquanto seres asujeitados a um regime de verdade articulador do binômio saber/poder. Constitui-se então, em um único sujeito o que Foucault denomina de quatro tipos de individualidades ou uma individualidade composta de quatro características:

(...) é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças).

A partir de Foucault, em qual instituição (hospital, escola, prisão, fábrica) estas tecnologias disciplinares venham a se manifestar é o que menos importa. Como essas técnicas espalham-se, generalizam-se e perpetuam-se em tais instituições, assim como transformam-se em um dispositivo do poder disciplinar e de maneira uniforme definem comportamentos, investem politicamente sobre os corpos dos indivíduos, detalhando-os, analisando-os minuciosamente, é o que deve ser

³⁶ Esse mecanismo favoreceu ao nascimento dos currículos ou matrizes curriculares, bem como a existência dos “livros de ocorrência” que se apresentam atualmente como um dos mais eficientes dispositivos capazes de instituir a sociedade disciplinar.

³⁷ *Ibidem*, p. 170.

levado em consideração. “A disciplina é uma anatomia política do detalhe.”³⁸ Para este estudo atentou-se para as implicações do poder disciplinar no campo da educação, aspecto que mereceu ser estudado, por ter como efeito final o nascimento do homem moderno e a produção de sua subjetividade.

* * *

Conforme a analítica foucaultiana, a história das penalidades e mais tarde das tecnologias disciplinares, serviram para mostrar de que forma se deu a constituição da “alma” moderna. Como ela é produzida permanentemente através do exercício do poder sobre o corpo daqueles que são punidos, e de uma forma geral, das crianças, dos escolares, dos cidadãos, dos sujeitos que se encontram inseridos no âmbito da sociedade moderna. Esta “alma” deve ser entendida como um efeito dos mecanismos de saber e de poder presentes nas instituições sociais, a exemplo da escola.

Foi visto então que o poder disciplinar opera de tal maneira, a fim de transformar os indivíduos em sujeitos. Assim, a genealogia evidencia que o poder categoriza o indivíduo, enquadra-o em uma identidade, ligando-o a uma individualidade que lhe é imposta como uma lei, uma verdade e que deve ser assim reconhecida por ele e pela sociedade.

³⁸ *Ibidem*, p. 128.

CAPÍTULO III

O SUJEITO E SUA RELAÇÃO COM A ÉTICA

Um ano e meio após a publicação do *Vigiar e punir* Foucault inicia a série de lançamentos da *História da sexualidade*. A relação existente entre essas duas obras pode ser evidenciada a partir do exercício do poder e de suas diversas modalidades, que conforme a uma sociedade disciplinar repressora, mas principalmente produtora de corpos adestrados e dóceis, se utilizou de dispositivos de poder tendo a sexualidade, como um efeito de suas práticas discursivas e extradiscursivas. Compõem a *História da sexualidade* as seguintes obras: *A vontade de saber*, *O cuidado de si e o Uso dos prazeres*.³⁹

O quarto volume dessa obra, *As confissões da carne*, não pôde ser finalizado por conta do falecimento do filósofo, que pretendia como projeto inicial a publicação de seis volumes, nos quais seria traçada a genealogia da ética ocidental a partir da investigação de como se dá a relação de cada indivíduo consigo mesmo. Analisar o fenômeno de seu surgimento mostra-se importante na medida em que ela opera como um grande sistema de interdições, em que o indivíduo é levado a falar sobre suas condutas, seus desejos, vontades, e onde suas escolhas são reguladas conforme o princípio do que é permitido ou proibido fazer.

Em sua investigação acerca da ética ocidental, Foucault realiza um deslocamento teórico do que é frequentemente denominado de *progresso dos conhecimentos*⁴⁰ - formas e práticas discursivas que articulavam o saber - , das manifestações do “poder”⁴¹ e suas estratégias e técnicas que articulam o exercício dos poderes, para empreender uma análise do que é designado como o “sujeito”⁴². Daí o filósofo pesquisar de que maneira e através de quais modalidades os indivíduos, nas relações a si, se constituem e se reconhecem como sujeitos. Assim o filósofo descreve:

Após o estudo dos jogos de verdade considerados entre si – a partir do exemplo de um certo número de ciências empíricas nos Séculos XVII e XVIII – e posteriormente ao estudo dos jogos de

³⁹ Respectivamente: FOUCAULT (1976), FOUCAULT (1984).

⁴⁰ FOUCAULT, 1984, p. 11.

⁴¹ *Ibidem*, 1984, p. 11.

⁴² *Ibidem*, 1984, p. 11.

verdade em referência às relações de poder, a partir do exemplo das práticas punitivas, outro trabalho parecia se impor: estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito, tomando como espaço de referência e campo de investigação aquilo que poderia chamar-se “história do homem de desejo”.⁴³

A partir da análise genealógica das práticas discursivas (vista em sua relação com os jogos de verdade do saber, nos quais figuram as ciências empíricas nos séculos XVII e XVIII) e do deslocamento teórico para analisar as manifestações de poder (práticas punitivas), tornou-se possível promover o questionamento e análise a respeito do que contemporaneamente é designado como o “sujeito”. Esta designação deve ser entendida no âmbito das relações que o indivíduo estabelece com os jogos de verdade, nas relações de *si*, para *si*, tendo a noção de sujeito como seu efeito final.

Daí a necessidade que o filósofo encontrou de realizar esse deslocamento teórico, que vai desde a formação dos saberes, passando pelas modalidades de exercício do poder, para enfim chegar até a constituição da subjetividade do homem moderno. A fim de tomá-lo como uma experiência, essas verdades acabam por determinar os modos pelos quais estes podem e devem ser pensados, configurando um ideal de ser humano a ser constituído.

O trabalho genealógico que o filósofo elabora, analisa os textos prescritivos produzidos desde a Antiguidade a respeito da lenta formação de uma hermenêutica de si, já que pretendia realizar uma história da verdade – não no sentido do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos, mas fundamentalmente uma análise dos “jogos de verdade”⁴⁴, das concepções do que deve ser considerado como verdadeiro e falso, certo e errado.

Ao investigar a *história da sexualidade* no contexto das sociedades ocidentais modernas, o filósofo critica a noção habitual – dentro dos padrões da “normalidade” – que corriqueiramente se tem acerca da origem do termo *sexualidade*. Ele busca distanciar-se de tal concepção e investigar os contextos teórico e prático aos quais ela está relacionada, construindo uma análise com enfoque para as *problematizações* realizadas pelos indivíduos sobre as suas condutas, deveres, sentimentos, sensações; sobre as relações estabelecidas consigo, com os outros,

⁴³ *Ibidem*, 1984, p. 11.

⁴⁴ *Ibidem*, 1984, p. 12.

com o saber, com o poder; a fim de reconhecer-se enquanto sujeito de uma *sexualidade*, de uma *subjetividade*.

3.1 Análise crítica e histórica do termo “sexualidade”

O termo *sexualidade* teve seu surgimento no início do século XIX, o que não evidencia o nascimento de sua essência, “daquilo” a que ela se refere. A utilização dessa palavra foi relacionada com os seguintes fenômenos: desenvolvimento de diversos campos do conhecimento (representações diversas a respeito dos comportamentos realizadas pela ciência, religião, filosofia); institucionalização de regras e normas (através das igrejas, escolas, hospitais); e mudança na forma como o indivíduo é conduzido a dar valor e sentido à sua vida, conduta, comportamento, deveres, sensações, sentimentos, sonhos. De acordo com Foucault:

O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência – se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade.⁴⁵

Pensar dessa maneira a sexualidade implicaria a não conformidade com a hipótese de que esta assume formas historicamente singulares e invariáveis porque sofre, no âmbito social, o efeito de vários mecanismos coercitivos, repressivos, tendo como caráter principal de sua história a interdição. Esta concepção de sexualidade é errônea – afirma o filósofo – pois ignora a existência do desejo e do sujeito enquanto ser que deseja. Contudo, apenas negar essa hipótese não bastaria para analisar o seu caráter, que decorre da correlação estabelecida entre os três eixos definidores de sua história, apresentados respectivamente: a constituição dos saberes que a ela se referem (medicina e psiquiatria); os sistemas de poder que regulam, normatizam a sua prática (poder punitivo e as práticas disciplinares); e as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos podem e devem ser entendidos como sujeitos de uma sexualidade.

O estudo acerca desses dois primeiros eixos permitiu à Foucault empreender sua pesquisa sobre o terceiro eixo de seu trabalho, o estudo dos modos pelos quais

⁴⁵ Ibidem, p. 10.

os indivíduos são conduzidos a se reconhecerem como sujeitos sexuais. Ele identificou que a noção de desejo ou a de sujeito desejante já se encontrava como um tema aceito no centro da teoria clássica da sexualidade, nas concepções que eram contrárias a esta teoria, e que os séculos XIX e XX também herdariam tais noções da tradição cristã – que também foi dominada pelo princípio do “homem de desejo”⁴⁶.

Assim, para compreender o projeto de Foucault é importante estabelecer um contraste. Para o filósofo não importa estudar os comportamentos, condutas e práticas sexuais em si mesmas, nem como elas foram e são representadas pela ciência ou pelas instituições sociais. A sexualidade interessa no sentido em que se apresenta como uma maneira de identificar o processo de subjetivação, o modo pelo qual o indivíduo entende-se enquanto ser de desejo e que deve constituir uma sexualidade, uma identidade, uma subjetividade. É necessário, então, analisar as práticas que levaram os indivíduos a prestar atenção a si próprios, a se entender, a se reconhecer, se confessar, buscando no desejo uma verdade sobre si mesmo.

Logo, o estudo dos modos pelos quais os indivíduos põem-se a falar sobre si, a maneira como são levados a se constituírem enquanto sujeitos de uma sexualidade, de uma concepção acerca de si e de suas ações diante da vida, pressupõe, conforme Foucault relata, investigar a noção de *desejo* e a de *sujeito desejante*. Não no sentido estrito às análises das práticas e comportamentos sexuais, mas fundamentalmente pesquisar, através de uma perspectiva genealógica, de que maneira o indivíduo ocidental moderno realizou uma hermenêutica de seu desejo, do desejo do outro, a fim de reconhecer-se como sujeito de uma sexualidade, de uma “identidade”, enquanto homem que deseja, que tem vontades. Para tanto Foucault afirma que se fez necessário distinguir ao longo dos séculos as diferentes maneiras que o homem ocidental foi levado a reconhecer-se como sujeito de desejo.

Dessa forma, é importante investigar porque os indivíduos são levados a problematizar os seus comportamentos, suas ações, pensamentos, condutas, falas e sentimentos; investigar porque esse cuidado ético a respeito da conduta sexual em certas sociedades e grupos sociais faz-se mais importante do que a atenção dispensada às questões morais relacionadas a outros campos da vida como a cidadania, a saúde, política, cultura, etc. O que pode ser evidenciado a partir da

⁴⁶ Ibidem, p. 10.

forma como cotidianamente têm sido interpretadas as relações dos seres humanos com a sua sexualidade, apenas através do sexo, do ato sexual, embora tratem-se de aspectos que vão muito além dessa errônea concepção. Assim, Foucault mostra que para além do sexo e das práticas sexuais encontra-se a análise que permite enxergar sob quais condições o ser humano problematiza o que ele é e o mundo no qual ele vive. Estas são apenas algumas das diversas dimensões apontadas pelo filósofo quando se pretende compreender de que forma se dá a constituição da subjetividade do homem moderno, do homem de desejo. É o que se pode inferir a partir da seguinte análise realizada pelo o autor da *história da sexualidade*:

Parece-me que seria melhor perceber agora de que maneira, um tanto cegamente, e por meio de fragmentos sucessivos e diferentes, eu me conduzi nessa empreitada de uma história da verdade: analisar, não os comportamentos, nem as idéias, não as sociedades, nem as “ideologias”, mas as *problematizações* através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as *práticas* a partir das quais essas problematizações se formam.⁴⁷

A dimensão arqueológica analisa as formas de problematizações, as quais compreendem os discursos, práticas sociais e médicas definidores de padrões de normalidade e anormalidade; e as diversas maneiras que o indivíduo problematiza a vida, o trabalho, a linguagem. Com relação à dimensão genealógica tem-se a análise das práticas punitivas e suas modificações, a partir da problematização do comportamento criminoso estabelecido de acordo com um conjunto de técnicas disciplinares coercitivas e que constituem a individualidade do ser moderno.

Daí ser típico do *historicismo radical*⁴⁸ de Foucault estar sempre se perguntando pelo *por que, quando e como* das práticas discursivas e não discursivas, concebendo-as enquanto problemas. O filósofo ao proceder sua análise, busca afastar-se, distanciar-se das prescrições comportamentais, de qualquer tipo de código que segundo a ótica da arqueologia e da genealogia, não passam de elementos que fazem parte do problema. Por conta disto, Foucault encontra a justificação de ter substituído uma história dos sistemas de moral e das análises das interdições por uma história das problematizações éticas e das análises das práticas de si.

⁴⁷ Ibidem, p. 15.

⁴⁸ VEIGA-NETO, A. 2005, p. 97.

3.2 Moral e Ética

Com o propósito de esclarecer e compreender os conceitos de *moral* e de *ética*, Foucault empreende um estudo acerca das formas e transformações do conceito de moral, pois para o filósofo a ética é uma parte da moral. Dessa forma, necessário se faz compreender primeiramente o que vem a ser “moral” e porque tal termo apresenta uma duplicidade teórica em sua definição.

De acordo com a perspectiva foucaultiana, pode-se entender por “ética” a conduta de cada indivíduo em relação a si mesmo (*rapport à soi*)⁴⁹, enquanto a “moral”, além de abarcar as relações de cada um consigo mesmo, consiste também na formação de um código moral que deve ser imposto às ações dos indivíduos ou grupos sociais. Então, o filósofo relata que existe uma espécie de variação, ao menos conceitual, no que se refere ao sentido da palavra, a saber:

Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.⁵⁰

Assim, fica evidenciado o sentido do termo como “código moral”, como um conjunto de regras e valores a serem transmitidos de maneira explícita e em forma de ensinamentos. Entretanto, eles podem também ser transmitidos de maneira não organizada, não sistemática, de forma difusa, permitindo assim que os indivíduos se comprometam ou não com esse conjunto de prescrições. Logo, quando se relaciona o comportamento efetivo dos indivíduos junto ao código, se tem o seguinte conceito:

(...) por “moral” entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos de conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita e implicitamente dado em sua cultura, e do qual

⁴⁹ DAVIDSON, A. 1988.

⁵⁰ FOUCAULT, M. 1984, p. 26.

eles têm uma consciência mais ou menos clara. Chamemos a esse nível de fenômenos a “moralidade dos comportamentos”.⁵¹

Em decorrência desse aspecto duplo da moral deve-se considerar a variação nos comportamentos dos indivíduos ou dos grupos sociais – respeito ou negligência em relação a um código explícito ou implícito dado em uma determinada cultura – como característicos da noção de moral, uma vez que se percebe a existência de uma via para a liberação, para a constituição de si mesmo, de suas próprias ações, apesar da imposição do código. E ao processo de submissão por parte dos indivíduos ou grupos a tais prescrições, se tem a ocorrência da *moralidade dos comportamentos*.

Dessa forma, conforme uma perspectiva foucaultiana, a ética encontra-se relacionada com a moral, fazendo parte desta, evidenciando o comportamento de cada indivíduo a partir dos códigos que preceituam a forma correta de agir e pensar e que lhes atribui valores positivos ou negativos. Essa concepção de ética retrata o modo como os indivíduos transformam-se em sujeitos moralizados; é o que se pode entender como sendo uma *relação de si para consigo*.⁵²

No plano ético, ao falar em jogos de verdade, Foucault estabelece relações entre o verdadeiro e o falso, que determinam o entendimento que cada um tem do mundo e de si mesmo. Esses jogos estabelecem aquilo que pode e deve ser pensado, ou seja, é de acordo com um regime de verdade que o indivíduo constituirá sua subjetividade, sua alma, seu eu, a forma como deve se enxergar.

Entretanto, Foucault destaca que não se trata apenas de seguir ou não seguir um conjunto de regras e normas que definem as condutas humanas e compõem o código, mas é necessário compreender porque se deve conduzir-se desta ou daquela maneira. Conforme um código que determina ações e condutas, existem diferentes tipos de maneiras de agir, de conduzir-se moralmente. Estas diferentes formas pelas quais os indivíduos conduzem-se conforme um código que lhe é anterior, a maneira pela qual é necessário agir para que se atinja uma conduta dita como moral evidencia a diversidade de possibilidades de ação perante os elementos prescritivos que compõem o código moral. Este constitui modos de ação a fim de que estejam em conformidade com o conjunto de suas regras, e o sujeito age não somente porque obedece, acata as normas e regras, mas principalmente porque

⁵¹ Ibidem, p. 26.

⁵² VEIGA-NETO, A. 2005, p. 98.

constitui-se enquanto sujeito moral de suas ações. Porque acredita, respeita as normas de conduta, mas também busca construir uma relação particular com tais prescrições, é que o indivíduo manifesta comportamentos diferentes para uma única determinação moral.

Daí, Foucault descreve diferentes maneiras pelas quais os indivíduos praticam uma dada prescrição e tornam-se sujeitos morais. Elas podem ser descritas da seguinte forma: a *determinação da substância ética* (parte do sujeito que deve ser a causa principal de sua conduta moral); o *modo de sujeição* (maneira pela qual o sujeito estabelece para si a obrigação de por em prática as regras e normas do código); a *elaboração do trabalho ético* (forma do indivíduo adequar, disciplinar o próprio comportamento conforme uma regra, a fim de transformar-se em um sujeito moral) e a *teleologia* (objetivo, finalidade da conduta moral; aquilo que se pretende alcançar através do comportamento moral, não apenas respeitando os valores e regras, mas operando com uma modificação dos atos para o atingimento de uma ação moral).

Ao ilustrar as diversas maneiras pelas quais o homem conduz suas escolhas e desejos, baseados em um fundamento ético-moral, a *determinação da substância ética* pode ser entendida como aquilo que se deve reprimir no sujeito a fim de que este possa respeitar as interdições e obrigações nos próprios atos que realiza. Dominando os próprios desejos, resistindo e realizando um combate obstinado a tudo aquilo que lhe “desvirtue” a ação – o que pressupõe uma vigilância constante dos atos, das condutas –, se pretende como resultado um comportamento contínuo, regular, previsível, enfim, uma conduta moral.

Já o *modo de sujeição* representa o porquê de o indivíduo agir de determinada forma, ou seja, se reconhece ligado ao código moral ou porque está submetido aos preceitos que fazem parte de um dado grupo social que o aceita e respeita; ou porque se considera responsável pela preservação e perpetuação de tal código; ou ainda por conta de tomar essa regularidade como um fator de valorização pessoal, de estetização da vida, de busca pela perfeição, pela beleza através da ação.

À *elaboração do trabalho ético* pertence uma seriedade no processo de aprendizagem, de memorização, de assimilação de um código, de um conjunto sistemático de preceitos, através do controle regular das condutas. Pode-se atingir esse estado de aprendizado desde que exista uma renúncia radical e definitiva das

vontades e escolhas que não estejam de acordo com o código, como também deve-se combater permanentemente os desejos.

A *teleologia* apresenta-se como o objetivo, o ideal a ser alcançado em decorrência de uma ação moral, definindo assim, o seu modo de ser enquanto sujeito moral de suas ações. Daí, a partir de uma conduta moral, se tem a possibilidade de constituir um domínio de si cada vez mais completo; um afastamento de tudo aquilo que não se enquadre em um determinado objetivo.

3.3 As práticas de si

Para ser concebida como moral uma ação não deve ser reduzida a apenas um ou vários atos morais, correspondentes a uma regra, lei ou valor. Além de a moral funcionar como um conjunto de prescrições que estabelecem um código moral a ser seguido e respeitado, ela implica também em uma relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo, uma relação a si; não simplesmente uma “consciência de si”, mas como o indivíduo define a parte de si mesmo que será constituída como objeto desta prática moral.

Através de uma prática de si realiza uma auto-análise, transforma-se, a fim de se conhecer, de se entender enquanto sujeito moral de suas ações. É quando o indivíduo passa a realizar um auto-exame, uma decifração de si mesmo, quando realiza uma reflexão acerca de si mesmo, daquilo que possui de mais íntimo, que lhe é único e singular: sua subjetividade. Então, Foucault afirma:

(...) essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controlar-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se.⁵³

Toda ação moral se refere a uma conduta moral, que conseqüentemente resulta em uma constituição de si mesmo como sujeito moral, tendo por fim o que Foucault denomina de “modos de subjetivação”, que está ligado a uma “ascética” ou a uma “prática de si” que os justifique. A ação moral pressupõe a existência de tais atividades sobre si, formas que não são diferentes a um sistema de valores, de regras, de interdições e coerções.

Portanto, conforme Foucault esclarece, não se trata apenas de uma busca pela distinção do que venha a ser moral ou ética, mas o que se vê é uma análise histórica de tais termos.

Ao investigar uma *moral* deve-se atentar para o fato das diferentes realidades que esta palavra se refere, então deve-se considerar: uma história das *moralidades*, quando se estuda em que medida as ações dos indivíduos ou grupos sociais estão

⁵³ FOUCAULT, 1984, p. 28.

de acordo com as regras e valores que são prescritos pelas diversas instituições sociais; estudar a história dos *códigos* que evidencia um sistema de regras e valores pertencentes a uma determinada sociedade ou grupo, as instituições sociais que os legitimam; e a história da maneira pela qual os indivíduos devem conduzir-se a fim de tornar-se um sujeito moral, que será aquela dos modelos propostos para a constituição e desenvolvimento de uma relação a si, para consigo, para a reflexão sobre si, decifração de si, exame do indivíduo sobre ele mesmo, uma transformação que se busca operar sobre si mesmo. É o que se pode denominar de “uma história da *ética* e da *ascética*, entendida como história das formas da subjetivação moral e das práticas de si destinadas a assegurá-las.”⁵⁴

⁵⁴ Ibidem, p. 29.

PARA NÃO CONCLUIR

Através de uma arqueologia do saber, genealogia do poder e estudo das relações que o indivíduo estabelece consigo mesmo (das quais fazem parte a moral e a ética), Michel Foucault esclarece que a subjetividade do homem moderno surgiu, necessariamente, a partir do desenvolvimento das formações discursivas (principalmente das ciências humanas), do exercício das táticas disciplinares e da moralização dos comportamentos.

No âmbito das análises voltadas para o nível dos discursos, de um estudo das formações e constituição dos saberes, tentou-se compreender de que modo – com o surgimento de um conjunto de enunciados e discursos que tinham a pretensão de obter o status de “ciências humanas” (psicologia, sociologia e a análise das literaturas e dos mitos) – foi possível introduzir na história da cultura ocidental moderna o homem como objeto de saber. Dessa forma, foram descritos os mecanismos utilizados por este conjunto de saberes a fim que fizessem parte, de alguma maneira, do campo do saber moderno.

A proximidade e adoção por parte destas supostas “ciências” dos modelos, categorias (*norma e função; regra e conflito; sistema e significação*) das ciências empíricas (biologia, economia e filologia) e a busca por um lugar no campo epistemológico serviram para mostrar como o homem entrou no saber moderno ao mesmo tempo como sujeito e objeto de conhecimento. Estas supostas ciências humanas têm sua essência definida não a partir da existência do homem como se poderia imaginar, mas por conta de encontrar um espaço na disposição das ciências empíricas, das ciências dedutivas e da reflexão filosófica no *triédrico dos saberes*. É esta localização que lhes permite ter uma “forma” e constituir o homem como seu objeto de análise.

Por terem tomado de empréstimo das ciências empíricas estes modelos, se tornou possível intitulá-las de “ciências”; que de acordo com uma perspectiva foucaultiana, se tratam não de ciências, mas sim de um conjunto de discursos que tomam o homem como objeto naquilo que ele tem de empírico, situado nas esferas da vida, do trabalho e da linguagem.

Ao pesquisar e estudar a respeito destas “ciências” pôde-se constatar que elas pensam o homem não a partir de sua subjetividade, de sua identidade, mas o analisam através das representações realizadas de suas ações e condutas, configurando um conjunto de saberes especulativos e representativos definidores de seu campo de atuação na *epistémê moderna*. Então, a representação aparece como o fundamento, a base dessa forma de saber, aquilo que permite a existência de sua ação.

O eixo do poder pôde ser compreendido em sua inter-relação com o saber, já que não existe exercício de poder que não resulte em formações de saberes. Todo esse estudo sobre o nascimento das ciências humanas e suas modalidades de formação de saberes, serviram para identificar que na esfera disciplinar, das normatizações das condutas, do adestramento dos corpos, o saber sempre se mostrou presente com a ambição de um status de verdade.

A disciplina aparece enquanto uma tecnologia, um conjunto de táticas que produz individualidades, subjetividades, através do controle e manipulação dos corpos dos indivíduos, asujeitando-os a um regime de verdade articulador do binômio saber/poder. Enquanto que no primeiro domínio pôde ser vista a temática da arqueologia, cujo ponto principal foi a investigação sobre as gêneses e a transformação dos saberes no campo das ciências humanas.

O âmbito da ética deve ser concebido a partir das relações promovidas com os outros dois eixos da investigação desenvolvida por Foucault, em que o sujeito moralizado aparece como o efeito, o produto desse processo. Como essa produção não se dá de forma separada, em que os três eixos apareceriam exercendo suas funções independentemente uns dos outros, só se pode compreendê-los atuando de maneira uniforme. Pois, não existe relação de poder sem a produção de saber, nem formação de saber sem o exercício de poder; nem relações de saber e poder que não resultem em processos de subjetivação, de constituição de sexualidades.

Faz-se necessário ressaltar que o presente trabalho resulta de um primeiro contato com a obra filosófica de Michel Foucault, mas que pretende ser aprofundado posteriormente, com maior rigor investigativo, considerando um maior número de obras do filósofo e de seus principais intérpretes.

Observa-se então que a ajuda deste filósofo para a educação e para a escola pode ser compreendida em três dimensões. Primeiro, a construção do saber pedagógico na esfera científica. Segundo, as relações de poder no âmbito escolar,

configurando os seus estudos acerca das tecnologias disciplinares em que estão incluídos os dispositivos de vigilância e de controle – na contemporaneidade evidencia-se o uso cotidiano das câmeras filmadoras instaladas nas salas de aula nos diversos níveis de ensino (fundamental, médio, superior). Terceiro, numa dimensão ética, vê-se as relações do sujeito consigo mesmo, através das práticas de si.

Aplicar estes conhecimentos ao campo educacional significa favorecer a atividade do estranhamento, de deslocar aqueles discursos e teorias em relação aos quais se está acostumado a uma dimensão diferente, não natural e normalizada. Esse estranhamento é importante para a educação na medida em que proporciona repensar as práticas pedagógicas, em busca de novas perspectivas.

Foucault afirma em diversas análises que realiza sobre a sociedade moderna, que houve uma transição das sociedades disciplinares para uma outra permeada por uma tecnologia de poder, chamada de *biopoder*, voltada mais para o controle dos grupos sociais e populações do que para o disciplinamento dos corpos dos indivíduos. Entretanto, isso não significa que a escola moderna ou qualquer outra instituição social deixou de ser disciplinar e normalizadora, já que se constitui essencialmente em um processo de subjetivação massificante. Portanto, os dispositivos e a produção dos discursos nas escolas, na maioria dos casos, ganharam uma adaptação aos novos tempos e às novas necessidades.

Assim, no campo da educação, o estudo da obra de Michel Foucault tem muito a contribuir. Quer seja pela crítica à educação moderna e ao processo de constituição da subjetividade, ou por pensar processos educativos originais que englobem novas práticas educacionais, novos modos de ensinar e aprender.

O mérito de tais contribuições inovadoras na esfera da educação está na perspectiva de construção de ações pedagógicas para além da sala de aula ou de qualquer escola, ambas legitimadoras de regimes de verdade, jogos de poder disciplinar e normatizador, que sempre atrelados a um conjunto de saberes classificam e hierarquizam os indivíduos.

Logo, buscar no pensamento do filósofo aquilo que puder contribuir e ser útil para a compreensão da sociedade contemporânea e, especificamente neste trabalho, para a compreensão da educação, pressupõe-se ser o desafio proposto por Foucault à humanidade.

Contudo, o intento de relacionar a subjetividade em Foucault com a educação neste trabalho foi cumprido de maneira incipiente. Em razão disso, há o entendimento de que essa poderosa interpretação de nossa modernidade precisa ser estudada com maior afinco, antes de ser tomada como um instrumento de leitura para analisar outros domínios do saber, em especial a educação.

REFERÊNCIAS

DAVIDSON, Arnold I. Arqueologia, genealogia e ética In: _____ HOY, David Couzens. **Foucault**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**; tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DURKHEIM, E. O dualismo da natureza humana e as suas condições sociais. In: _____. **A ciência social e a ação**. São Paulo: Wifel, 1975, p. 289-303.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926-1984**; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ESTEVES, João Pissara Esteves. Poder e subjetividade. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 19, Lisboa, Ed. Cosmos, 1993.

FOUCAULT, Michel. As ciências humanas. In: **As Palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1966, p. 361-384.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**; tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro; organização Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos, vol. I, 1989.

_____. O sujeito e o poder. In: _____ DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**; tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

LUBISCO. Nídia Maria Lienert, VIEIRA, Sônia Chagas. Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses; revisão e sugestões de Isnaia Veiga Santana. 2ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2003.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MUCHAIL. Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: _____ RIBEIRO, Renato Janine (org). **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 196-208.

RORTY, Richard. Educação como socialização e como individualização. In: _____ GHIRARDELLI JR, Paulo (org.). **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 81-97.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.